

# Memórias do Prêmio Esso

## Um processo de autorreferenciação na conformação de identidade(s) jornalística(s)

Márcio de Souza Castilho  
Universidade Federal Fluminense  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
castilho.ufrj@gmail.com



conturbado contexto político-social de 1968 causou forte impacto no campo jornalístico no Brasil. Profissionais de imprensa foram presos ou intimados a depor e as redações de alguns jornais, invadidas por forças militares. Jornais tiveram edições inteiras apreendidas. Algumas publicações passaram a ser alvo de censura prévia, enquanto outras aderiram a uma prática de autocensura, optando naquele momento por permanecerem próximas às cercanias do poder.

Alguns autores abordaram em suas pesquisas a atuação multifacetada da imprensa durante os 21 anos de vigência do regime militar no Brasil (1964-1985). Ao longo deste período, a relação entre o campo jornalístico e o campo político foi marcada por aproximações e distanciamentos. Este trabalho tem o objetivo de complementar os estudos sobre a atividade jornalística nesse momento que marcou a história republicana recente do país, delimitando a análise ao mais tradicional programa de reconhecimento do trabalho dos profissionais de imprensa: o Prêmio Esso de Jornalismo no período 1964-1978, da instauração do regime militar até a extinção do Ato Institucional nº 5. A reflexão teve como suporte a realização de entrevistas com organizadores e julgadores, complementando a pesquisa documental apoiada, sobretudo, na análise das edições comemorativas da empresa promotora do concurso. O cruzamento entre as duas fontes de pesquisa – entrevistas e documental – procurou esclarecer algu-

### Pour citer cet article

#### Référence électronique

Marcio Castilho, « Memórias do Prêmio Esso : Um processo de autorreferenciação na conformação de identidade(s) jornalística(s) », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 1, n°1 - 2012, mis en ligne le 15 septembre 2012. URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

mas questões acerca dos processos identitários na imprensa brasileira.

Verificamos o papel da premiação como instância de consagração. Compartilhamos a ideia de que distinções especiais, como o Prêmio Esso, proporcionam aos jornalistas vencedores um direito de atuar com mais legitimidade no campo. É através desse reconhecimento que adquirem prestígio e notoriedade. A composição do júri e algumas observações sobre o conjunto de valores que guiavam o julgamento perpassam a presente análise. Quem eram os julgadores, que veículos jornalísticos eles representavam e quais os principais atributos que serviram como critério de avaliação das comissões são algumas das questões tratadas.

Uma das dificuldades encontradas em relação aos critérios de julgamento foi a ausência de documentos sobre os trabalhos das bancas examinadoras. A decisão de consignar em ata as razões da escolha das matérias premiadas só foi tomada a partir de 1977, no final do período definido para a pesquisa. Por esse motivo, as entrevistas com as fontes foram fundamentais para a análise, reconstituindo a rede de relações entre atores envolvidos no processo de reconfigurações identitárias no período estudado. Importa afirmar que tais relatos resgatam o passado, apresentando um afastamento em relação ao tempo realmente vivido pelos agentes que participaram das comissões.

Examinamos também os artigos dos jurados que justificam as escolhas das matérias vencedoras na categoria principal. O resultado do prêmio, indicando baixa representatividade de matérias políticas consagradas no período analisado, está associado a uma problemática temporal: o controle governamental exercido através de diferentes instrumentos de coerção e intimidação, dentre eles a censura prévia e a prática de autocensura. Os argumentos de membros das comissões julgadoras estão reunidos na edição comemorativa lançada pela empresa Esso por ocasião dos 25 anos do concurso.

### **As entrevistas: versões provisórias do passado**

Optamos pela realização de entrevistas com organizadores e integrantes de comissões julgadoras entre 1964 e 1978. Foram entrevistados Ney Peixoto do Valle, idealizador do Prêmio Esso, Ruy Portilho, atual organizador do concurso, o publicitário Celso Japiassu e o jornalista Zevi Ghivelder, os dois últimos na condição de jurados. Ney Peixoto, que reside atualmente em Salvador (BA), encaminhou suas respostas por escrito através de correio eletrônico. As demais entrevistas foram feitas pessoalmente com

as fontes. Em todos os casos, buscamos preservar as expressões usadas pelos entrevistados, respeitando também o contexto das declarações.

Utilizamos a metodologia da história oral, procurando estabelecer diálogo com a conjuntura histórica. Importa afirmar que os relatos foram examinados aqui como reconstruções de sentido feitas *a posteriori* e não como testemunho do que efetivamente se passou. Ao reinterpretarem o passado, os entrevistados produzem sempre uma versão provisória sobre determinado acontecimento, o que não compromete a pesquisa. Para termos um quadro o mais próximo possível do processo de premiação, a análise das respostas dos depoentes não está dissociada da leitura do conjunto de outras fontes, tais como edições comemorativas das reportagens do prêmio, regulamentos, discursos e documentos obtidos em acervos pessoais e informações extraídas de material não-acadêmico (artigos e notas de jornalistas, livros de memória e biografias).

Para verificar o que os jornalistas tinham a dizer não apenas sobre o prêmio, mas sobre o lugar que certos fatos ocupavam no contexto histórico e social dado, realizamos a etapa de entrevistas na fase final da pesquisa. Essa decisão se justificava por um motivo simples: sem a coleta de todas as informações pertinentes às questões essenciais propostas para o trabalho, o rendimento das entrevistas certamente não seria o mesmo, podendo apresentar lacunas. Assim, estabelecemos um roteiro básico para todos os entrevistados, naturalmente com algumas questões específicas, pois os depoentes participaram de edições distintas. Esse método possibilitou níveis de comparação importantes, contribuindo para confirmar ou refutar hipóteses. Quanto aos objetivos, optamos pela entrevista temática, gravadas com autorização dos pesquisados, com o propósito de complementar informações que ajudassem a compreender os dados observados.

Verena Alberti (2005) recomenda a utilização de entrevistas temáticas para temas com *“estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos”* (idem: 38). O modelo difere da entrevista de história de vida, cuja preocupação maior, segundo a autora, não é o tema e sim a trajetória do entrevistado (idem).

Diante da pluralidade e diversidade de versões, não temos a pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação sobre o papel assumido pelos produtores de notícias durante o regime militar. O que propomos é complementar, através da análise

do Prêmio Esso, outros estudos de identidade jornalística a partir da fluida relação entre a imprensa e o Estado autoritário brasileiro.

### **O prêmio como instância de consagração**

Os prêmios jornalísticos tendem a distribuir um tipo particular de capital que repousa sobre o reconhecimento dos pares. Proporcionam aos vencedores uma espécie de patrocínio simbólico, que lhes permite atuar com mais legitimidade no campo. A partir da chancela da sua comunidade profissional, os jornalistas adquirem prestígio e reputação.

A posição de Ney Peixoto do Valle, ao abordar a importância do prêmio na carreira do jornalista, reforça esse sentido: “*Representa a consagração do jornalista. É o Nobel do jornalismo brasileiro. O Prêmio Esso é um referencial na carreira profissional, uma distinção concedida aos melhores*”<sup>1</sup>. Para o atual organizador do concurso, o jornalista Ruy Portilho, o reconhecimento tem um valor fundamental para o desenvolvimento dos profissionais. “*É uma nova oportunidade. Às vezes, as pessoas até percebem no dia-a-dia que é um trabalho fora de série, além do comum, mas quando recebe a consagração e vê aquela releitura do trabalho premiado, ele passa a ser visto com outros olhos*”<sup>2</sup>.

As comissões julgadoras do Prêmio Esso de Jornalismo são formadas tradicionalmente por cinco jornalistas oriundos dos principais veículos da grande imprensa do país. Algumas edições do concurso, no entanto, apresentaram outra configuração, com a divisão de comissões para avaliar categorias específicas.

O fichamento a seguir engloba as comissões julgadoras na categoria principal. A presente análise não inclui, portanto, os júris formados para selecionar os melhores trabalhos nas categorias específicas. Procuramos quantificar a participação de jornais e revistas nessas comissões e sua distribuição por estados da Federação.

No período definido para a pesquisa (1964-1978), participaram 67 profissionais de 28 veículos, sendo 21 jornais e sete revistas. Dentre os diários, os veículos com maior número de julgadores foram, em ordem decrescente: *Jornal do Brasil* (9), *Folha de S. Paulo* (6), *Jornal da Tarde* (5), *O Estado de S. Paulo* (4), *Correio da Manhã* (3), *O Globo* (3), *Jornal do Commercio* – Recife (2), *A Tarde* – Salvador (2) e *Correio Braziliense* (2). Outros jornais regionais ou grupos de comunicação tiveram ao menos um representante na banca de jurados: *Correio do Povo* – Porto Alegre, *Diário de São Paulo*, *Tribuna da Im-*

*prensa*, *Última Hora* – São Paulo, *Diários Associados*, *O Paiz*, *Diário de Pernambuco*, *Folha da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Estado de Minas*, *O Povo* – Fortaleza e *O Estado do Paraná*. No caso das revistas ou editoras, temos a seguinte classificação: *Manchete* (7), *Realidade* (4), *Bloch Editores/ Enciclopédia Bloch* (3), *Visão* (2), *Fatos e Fotos* (1), *Cruzeiro* (1) e *Editora Abril* (1).

A maior parte dos veículos se concentra, com base nos dados acima, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. A análise do prêmio confirma o peso que as duas capitais exercem no cenário jornalístico brasileiro. Das 28 publicações, 11 têm ou tinham sede no Rio e nove em São Paulo, representando 71,42% do total. Os outros estados representados nas comissões julgadoras são: Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

É interessante observar que muitos profissionais eram convidados a integrar o júri em mais de uma edição do concurso. No período 1964-1978, os jornalistas Luiz Orlando Carneiro, do *Jornal do Brasil*, e Murilo Melo Filho, da revista *Manchete*, foram os julgadores com maior número de participações: Carneiro atuou em 1971, 1974 e 1975 e Melo Filho nos anos de 1974, 1976 e 1977. Outros seis jornalistas fizeram parte da comissão em duas edições: Wilson Figueiredo (1964 e 1977), Arnaldo Niskier (1965 e 1975), Zuenir Ventura (1965 e 1967), José Hamilton Ribeiro (1971 e 1972), Zevi Ghivelder (1972 e 1973) e Oliveiros S. Ferreira (1975 e 1977).

Outro dado que chama atenção é que, embora a empresa promotora enfatize a presença exclusiva de jornalistas na composição do júri, com o propósito de dar ao resultado do prêmio um caráter de isenção e imparcialidade, a análise das comissões julgadoras mostra que houve exceções na trajetória do programa. Foi o que ocorreu em 1973, auge da repressão militar no Brasil. Naquele ano, apenas a revista *Manchete*, representada por Zevi Ghivelder, compunha, como veículo jornalístico, a comissão julgadora. Dois membros – Adonias Filho e Octavio de Faria – eram representantes da Academia Brasileira de Letras (ABL) e, de forma inédita na história do concurso, os outros dois julgadores eram representantes de duas das maiores agências de publicidade do Brasil na época: Roberto Dualibi, da *DPZ*, e Celso Japiassu, da *Denison Propaganda*.

Não foi possível identificar nos relatos escritos – artigos, biografias, edições comemorativas etc. – os motivos pelos quais a organização resolveu restringir a atuação de jornalistas na composição da banca de jurados em 1973. Os depoimentos obtidos através de entrevistas com julgadores do Prêmio Esso em 1973

fornecem, no entanto, algumas pistas para entendermos essa peculiaridade.

Celso Japiassu, que chegou a atuar em redações de jornais e revistas na área econômica, consolidou sua carreira profissional na *Denison Propaganda*, onde foi de redator a presidente da empresa. Ele acredita que o convite da Esso tenha sido motivado pelo desenvolvimento da publicidade nos anos 1970.

*“Foi naquela época que a publicidade brasileira começou a se destacar. Os profissionais passaram a desenvolver uma linguagem e a criar anúncios mais criativos que certamente chamaram a atenção dos organizadores. O final da década de 60 e princípio da década de 70 foi a época que a publicidade brasileira apresentou uma verdadeira revolução criativa, tudo evidentemente sob a influência da publicidade americana. Até aquele momento a publicidade era voltada para venda (hard sell). Pode ser que, em função disso, a gente tenha sido convidado, como representantes de uma área de comunicação que estava começando a ter prestígio. A publicidade passou a ser muito veiculada no noticiário dos jornais. Talvez isso tenha influenciado na decisão”<sup>3</sup>.*

Para o jornalista Zevi Ghivelder, que também foi convidado em 1973 para integrar o júri, os publicitários deram uma grande contribuição aos trabalhos da comissão. Sem saber apontar os motivos que definiram a escolha dos julgadores, o então diretor de *Manchete* confirma a ascensão das agências de publicidade no período. *“As agências começaram a se firmar no Brasil a partir dos anos 60. Quase não havia agência no Brasil nos anos 1950. Nem se falava publicidade. Chamava-se reclame”<sup>4</sup>.*

A partir dos relatos dos julgadores ao justificar a escolha dos premiados nas edições comemorativas da Esso, foi possível reunir os principais atributos valorizados pelo concurso no período 1964-1978. Tais valores dizem respeito ao assunto abordado, mas principalmente ao modo de atuação do repórter e à qualidade do texto. Embora a pesquisa tenha um foco temporal específico, muitos dos critérios defendidos pela comissão orientam o julgamento do prêmio ao longo de sua história. A presente análise identificou os seguintes requisitos exigidos aos concorrentes: (1) pertinência e ineditismo do tema; (2) interesse público; (3) boa técnica de redação e apresentação geral da matéria; (4) arrojo e iniciativa do repórter; (5) condições em que o trabalho foi realizado; (6) seriedade profissional e competência intelectual e cultural; (7) veracidade da informação; (8) método de apuração (esforço de

memorização); (9) repercussão; (10) objetividade e (11) ética.

Claro está que certos critérios apresentam caráter fortemente subjetivo, não sendo possível avaliá-los do ponto de vista técnico, objetivo. É o caso de atributos como pertinência do tema, seriedade profissional e ética. Na impossibilidade de as comissões aplicarem uma metodologia precisa para selecionar os melhores trabalhos jornalísticos, as justificativas dos jurados reforçam o caráter consensual da escolha. Enfatizam a unanimidade na decisão, que se sobrepõe a qualquer tipo de divergência. O resultado, muitas vezes, prescinde até da realização de uma votação, pois não se contesta o mérito do trabalho vencedor.

A maior parte dos trabalhos analisados também apresenta o formato de série, ou seja, as matérias foram publicadas em capítulos numerados, mantendo o título principal, por exemplo: “100 dias na Amazônia de ninguém I”, “100 dias na Amazônia de ninguém II”, em 1964, ou “Psicanálise, remédio ou vício? 1”, “Psicanálise, remédio ou vício? 2”, em 1969. Como afirmou Zevi Ghivelder, membro das comissões julgadoras em 1972 e 1973, as reportagens tinham em comum o fato de serem extensas e apresentarem muito volume. Segundo ele, muitas impressionavam mais pela quantidade do que pela qualidade.

*“Um trabalho de qualidade excepcional, como a famosa matéria de Gay Talese sobre o Frank Sinatra, que deveria ter umas quatro ou cinco páginas de revista, não ganharia o Prêmio Esso e teria sido a melhor matéria do ano de qualquer maneira. Não teria ganhado porque não tinha a impressão do volume, que sempre contou muito”<sup>5</sup>.*

## **O esvaziamento do debate político (1964-1978)**

A baixa representatividade de matérias políticas consagradas no programa da Esso, considerado o mais importante concurso da imprensa brasileira, reflete a conjuntura política que vivia o país no pós-1964. O período que antecedeu a edição do AI-5 ilustra bem como o fechamento político do regime militar teve impacto sobre a produção jornalística, se restringirmos a análise aos trabalhos avaliados pela comissão julgadora do concurso. Em 1967 e 1968, duas reportagens sobre futebol foram consideradas os melhores testemunhos jornalísticos, respectivamente: “Futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama”, do *Jornal do Brasil*, e “Juiz, ladrão e herói”, publicada pelo *O Estado de S. Paulo*.

Outras matérias premiadas na categoria principal também se ocupavam de temas variados, sem vinculação diretamente política, como vimos na análise dos subtemas entre 1964 e 1978. Além do esporte, os trabalhos vencedores concentravam o enfoque em assuntos de infraestrutura urbana (“Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde*, em 1971), comportamento (“Os filhos proibidos”, de *Fatos e Fotos*, em 1965, e “Psicanálise – remédio ou vício?”, da *Última Hora*, em 1969), cotidiano das drogas e meio ambiente, com reportagens sobre a região amazônica e a situação indígena.

Nas justificativas apresentadas pelos julgadores, há algumas referências em relação ao contexto político-social marcado pelo controle do Estado sobre a produção da imprensa no período 1964-1978. A qualidade dos trabalhos vencedores parece se sobrepôr a circunstâncias políticas principalmente entre 1964 e 1968. Assim, a comissão destacava que a escolha não era condicionada ao contexto social e político imediato. As justificativas demonstram a tentativa de dissociar o resultado do prêmio das lutas externas travadas por alguns segmentos da sociedade civil, descontentes com os novos rumos que seguia o país em direção ao autoritarismo, com aumento gradativo das restrições às liberdades individuais.

Um ano após a decretação do AI-5, a comissão passa a atribuir a fatores externos – como a pressão do Estado sobre a produção noticiosa, a repressão e a tortura – a principal razão para a ausência de temáticas políticas no resultado do concurso. O júri procura se defender de eventuais críticas de que sua atuação tinha um viés colaboracionista.

O depoimento do julgador Carlos Lemos, do *Jornal do Brasil*, justificando a escolha da matéria “Psicanálise: remédio ou vício?”, publicada pelo *Última Hora* (RJ), vencedora do concurso em 1969, ilustra esse aspecto:

*“Passados tantos anos, pode parecer estranho que, em 1969, a reportagem vencedora do Prêmio Esso tenha sido sobre a psicanálise. Afinal, aquele foi o ano em que estourou a guerrilha urbana no Brasil e se instalou a tortura, a repressão desenfreada que fez sofrer tantos brasileiros e cobriu (ou pelo menos deve cobrir) de vergonha a todos. Pode parecer, mas não é. A Ditadura que nos oprimiu de 1964 a 1978 soube usar brilhantemente contra nós, jornalistas em particular, e contra o povo brasileiro em geral, essa arma incrível, nossa pior inimiga, que é a censura” (Lemos, apud Luz e Borges, 1980: 88).*

O relato está reunido na edição comemorativa lançada em 1980 pela empresa Esso por ocasião dos 25 anos do concurso. Nesse período, o país atravessava um momento de transição e liberalização política. No final dos anos 1970, o regime militar já havia retirado a censura prévia de jornais e revistas e revogado o Ato Institucional nº 5. Em outro trecho, Carlos Lemos afirma que “(...) *os jornalistas foram sufocados pela censura, à qual, graças a Deus, alguns souberam reagir, dando – como, quando ou onde podiam – algumas informações sobre o pouco que se sabia àquela época (...)*” (idem).

No mesmo sentido, o jornalista Luiz Orlando Carneiro, membro do júri em 1971, sublinha que a incapacidade investigativa de a imprensa atuar como fiscalizadora do poder público se relacionava com o poder de uma censura “*tão eficiente como a ‘espada de Dâmocles’ do Ato Institucional nº 5*”. No entanto, Carneiro prossegue afirmando que os “*jornais procuravam, na medida do possível, não encarar passivamente a censura, até mesmo forçando a sua oficialização, o que acabaria acontecendo no ano seguinte, a fim de que a opinião pública não vivesse o clima da autocensura ou da liberalidade consentida*” (1980: 101). Naquele ano, a comissão concedeu o prêmio para a série de reportagens “Receita para São Paulo”, do *Jornal da Tarde*.

À medida que o país avançava no caminho da abertura política, as reportagens com viés mais investigativo, incluindo críticas ao governo central, passaram a obter reconhecimento maior por parte das comissões julgadoras. De 1976 a 1978, os trabalhos vencedores demonstravam uma certa disposição da imprensa em se autorreferenciar como protagonista na luta em defesa da liberdade contra o arbítrio. Na análise dos depoimentos, o Prêmio Esso aparece como instrumento do campo jornalístico para avaliar o grau de liberdade de imprensa no país.

Vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo em 1976, concorrendo com outros 215 trabalhos, a série de matérias “Assim vivem nossos superfuncionários”, de *O Estado de S. Paulo*, representou o “*tiro de largada para a abertura*”, conforme título do artigo escrito pelo julgador Mussa José de Assis, de *O Estado do Paraná* (1980: 121). Apesar da retirada da censura prévia em *O Estado de S. Paulo* em janeiro de 1975, permaneciam em vigor o AI-5 e leis restritivas, como a de Segurança Nacional. Segundo Assis, “*não se tinha ideia de até onde os jornalistas poderiam ir no exercício do seu direito de opinar, de criticar, de informar e de ter acesso à informação sem serem atropelados por leis truculentas*” (idem). Dessa forma, mesmo sem a pretensão de ser usada como “*teste de carga*”, a série de *O Estado de S. Paulo* contribuiu para levantar “*a cortina de medo*

que pairava sobre a imprensa” (idem:122). Seu depoimento reforça o papel do jornalismo como des-cortinador dos segredos do poder.

---

### Conclusão

---

A análise do Prêmio Esso de Jornalismo entre 1964 e 1978, da instauração da ditadura militar até o início do processo de abertura política no país, ilustra as dificuldades encontradas pelo campo jornalístico para manutenção do debate político na sociedade. O resultado do concurso refletiu o contexto histórico que vivia o país com a ascensão do movimento militar de 1964. O programa da Esso acompanhou as transformações do campo jornalístico, que foi influenciado, por sua vez, pela conjuntura de repressão e supressão de liberdades individuais e de expressão.

Os instrumentos de controle da produção noticiosa limitaram e causaram prejuízos à autonomia do jornalista durante a ditadura. Kucinski (1991) aborda o processo de “*inflexão do papel social*” do jornalista, sobretudo a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968: “*No interior de cada grande empresa de comunicação o jornalista deixou de ser sujeito, mesmo minimamente. Tornou-se o objeto do arbítrio, despojado de autonomia intelectual*” (idem: 24). Apesar da vinculação histórica dos meios de comunicação com grupos políticos, não transigir na defesa do interesse público assegurava as condições de aceitabilidade do discurso jornalístico. Durante a ditadura militar, o efeito retórico de autonomia perdia força na mesma proporção que recrudescia o aparato repressivo de controle estatal sobre o que podia ou não podia ser publicado nos jornais.

Gradualmente, a polêmica e o traço opinativo se afastaram das páginas dos jornais. Em razão de uma série de atos de arbítrio, incluindo perseguições a jornalistas, invasões de redação, apreensão de exemplares, prisões e torturas, a “*imprensa deixou de representar, política e ideologicamente, o conjunto dos seus leitores*” (Hons, 1982: 82).

O protagonismo assumido pelos produtores de notícias como intermediários entre o acontecimento político e o público torna-se incompatível com a realidade do pós-1968, a exemplo do que ocorrera durante a vigência do DIP no governo Vargas. Como consequência do sistema autoritário, a perda do matiz político e ideológico rompe com o discurso denunciador da imprensa, autoimagem que vinha sendo construída desde o início do século XX, à exceção do período do Estado Novo, como modo de legitimação da sua atuação na sociedade.

Algumas estratégias isoladas de jornais e revistas buscaram chamar a atenção para a falta de debate político numa tentativa de estabelecer pontos de aproximação com seus leitores. O *Estado de S. Paulo* passou a publicar poemas de Luiz de Camões em substituição ao material vetado pela censura. O mesmo ocorreu com as receitas culinárias do *Jornal da Tarde*. Poderíamos citar ainda as opções pelas tarjas negras (*Tribuna de Imprensa*) e as ilustrações com figuras demoníacas (*Veja*).

No dia seguinte ao AI-5, o *Jornal do Brasil* também publicou uma edição que se tornaria um emblema mítico da resistência da imprensa diante do regime militar: na primeira página, anuncia no canto superior direito “*Ontem foi o dia dos cegos*”, numa alusão aos tempos difíceis em que entrava o país; no canto superior esquerdo, o famoso quadro sobre a previsão do tempo, denunciando metaforicamente as turbulências políticas. O quadro meteorológico informava: “*Nuvens negras ameaçam o país. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima: 38° em Brasília. Mínima: 3° nas Laranjeiras*” (*Jornal do Brasil*, 14/12/1968).

Estimulados a fazer uma releitura no presente sobre a participação no programa, organizadores e julgadores resgatam um passado memorável sobre a atuação da imprensa durante a ditadura militar. Sobressaem nas narrativas dos julgadores, principalmente a partir de 1969, as dualidades, ou seja, a ideia dos jornalistas como vítimas da censura e a ditadura como agente opressor.

Os depoimentos resultam de uma reinterpretação do passado e, como tal, produzem uma versão provisória sobre determinado acontecimento. É preciso ter em mente que as justificativas foram construídas em referência à posição que os julgadores ocupavam num momento histórico de abertura política, um cenário bem diferente se comparado ao período de repressão e censura no final dos anos 1960 e início da década de 70.

O fato de os testemunhos apresentarem um distanciamento em relação ao momento realmente vivido, pressupondo esquecimentos de determinados aspectos do passado, não compromete a análise. Os silêncios, tão relevantes quanto às lembranças, fazem parte dos trabalhos de memória. Importa levar em conta o significado que os não ditos assumem na exposição de motivos dos julgadores. Além disso, o reconhecimento da pluralidade e diversidade de versões permite uma reflexão mais ampla sobre o objeto estudado, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação. Afinal é a partir das demandas construídas no pre-

sente, com questões inerentes às especificidades da pesquisa, que o pesquisador deve interrogar o passado.

Ao enfatizar a resistência dos profissionais de imprensa, omitindo outros aspectos como a autocensura, os julgadores vão estabelecendo alguns valores fundamentais que legitimam a função social do jornalismo. Barbosa (2007) observa que o discurso idealizado sobre “o tempo de antes” não deve ser interpretado como pertencendo propriamente a um passado. Sua importância reside na significação que

essa construção assume para a definição de como deve ser visto o jornalista no presente.

Procuramos, na presente análise, evitar certas generalizações, tais como fixar o lugar dos jornalistas em dois grupos isoladamente: entre aqueles que resistiram e os que invariavelmente colaboraram com a ditadura. O jornalismo brasileiro é muito heterogêneo em torno do seu papel funcional e ideológico. Compartilhamos a ideia de pensar a imprensa fora dessas dicotomias.

## Notas

<sup>1</sup> Entrevista concedida ao autor em 13/11/2009 por e-mail.

<sup>2</sup> Entrevista concedida em 03/11/2009 no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao autor em 05/10/2009.

<sup>4</sup> Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009.

<sup>5</sup> Entrevista concedida ao autor em 07/10/2009 no Rio de Janeiro.

## Referências bibliográficas:

Alberti, V., 2005, *Manual de história oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV.

Aquino, M. A. de, 1999, *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978) : o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*, Bauru, Edusc.

Barbosa, M., 2007, *História cultural da imprensa : Brasil, 1900-2000*, Rio de Janeiro, Mauad X.

Beloch, I., Fagundes, L. R. (Orgs), 2006, *Uma história escrita por vencedores : 50 anos do Prêmio Esso de Jornalismo*, Rio de Janeiro, Memória Brasil.

Bourdieu, P., 2004, *Os usos sociais da ciência : por uma sociologia clínica do campo científico*, São Paulo, Editora Unesp.

Enne, A. L., 2004, « Discussões sobre a intrínseca relação entre memória, identidade e imprensa », Texto apresentado no 2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis.

Hons, A. S. des., 1982, *Os diários do Rio de Janeiro : 1945-1982*, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IFCS/UFRJ.

Kucinski, B., 1991, *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo, Edusp.

Kushnir, B., 2004, *Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, São Paulo, Boitempo Editorial.

Luz, O., Borges, M. (Orgs), 1980, *25 anos de imprensa no Brasil – Prêmio Esso de Jornalismo*.

Magno, A. B., 2006, *A Agonia da reportagem – das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo*, Brasília, dissertação de mestrado, UnB.

Marconi, P., 1980, *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*, São Paulo, Global Editora.

Pollak, M., 1989, « Memória, esquecimento, silêncio », *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, pp. 3-15.

Pollak, M., 1992, « Memória e identidade social », *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, pp. 200-212.

Ribeiro, A. P. G., 2000, *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*, Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ.

Smith, A.-M., 2000, *Um acordo forçado – O consentimento da imprensa à censura no Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

---

## Resumo | Abstract | Résumé

---

**Pt.** Este trabalho se propõe a refletir sobre o Prêmio Esso de Jornalismo, o mais tradicional da imprensa brasileira, no período compreendido entre 1964 e 1978. Utilizamos o método de entrevistas com organizadores e julgadores do prêmio, complementando a pesquisa documental, de forma a situar o discurso em sua historicidade. O cruzamento entre as duas fontes de pesquisa – entrevistas e documental – procurou esclarecer algumas questões acerca dos processos identitários na imprensa brasileira. Ao considerarmos que as identidades são organizadas dentro de um permanente processo de interação e intercâmbios sociais, estabelecendo, de acordo com os processos históricos, novas relações de poder, buscamos identificar alguns valores em torno dos quais os jornalistas negociaram sentidos sobre sua profissão no período da ditadura militar.

**Palavras-chave:** autoridade jornalística, identidade, imprensa, memória e narrativa

**En.** This work intends to reflect on the Esso Journalism Prize, the most traditional award of the Brazilian press, in the period between 1964 and 1978. We use the method of interviews with promoters and judges, complementing the documentary research, in order to place the discourse in its historicity. The analysis of two research sources—interviews and documentary—is important for the question of the journalist's professional identity. Assuming the identities are organized into a permanent process of interaction and social exchanges, establishing, in accordance with the historical processes, new power relations, we will seek to identify some values on which journalists have negotiated the meanings about their work during the military dictatorship.

**Keywords:** journalistic authority, identity, press, memory and narrative

**Fr.** Ce travail se propose de réfléchir sur le Prix Esso de Journalisme, le plus prestigieux de la presse brésilienne, durant la période comprise entre 1964 et 1978. Nous utilisons la méthode de l'entretien avec les organisateurs et les juges du prix associée à la recherche documentaire, de manière à situer le discours en son historicité. Le croisement entre les deux sources de recherche – entretiens et documentation – a cherché à éclaircir quelques questions concernant le processus identitaire dans la presse brésilienne. Considérant que les identités s'organisent dans un processus permanent d'interaction et d'échanges sociaux, en établissant, en rapport avec les cadres historiques, de nouvelles relations de pouvoir, nous cherchons à identifier quelques valeurs autour desquelles les journalistes ont négocié les perspectives de leur profession durant la période de la dictature militaire.

**Mots-clés :** autorité journalistique, identité, presse, mémoire et récit

